

5 | *e*VENTOS

PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DA FAU: UMA PROPOSTA PACTUADA DE INTERVENÇÃO NOS EDIFÍCIOS DA ESCOLA

André Leal, Beatriz Mugayar Kühl, Erica Yukiko
Yoshioka, Fernando Túlio Salva Rocha Franco,
Gabriel de Andrade Fernandes, Guilherme Yudi
Hayakawa, Luiza Strauss e Raquel Rolnik

252

pós-



Figura 1: Salão Caramelo durante a primeira sessão do Fórum
Foto: Cândida Vuolo

INTRODUÇÃO

Nos dias 31 de maio e 3 de julho de 2011 foi realizado o Fórum do Plano Diretor Participativo (PDP) da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP). Foram dois dias frios no final do outono paulistano nos quais alunos e ex-alunos, professores e ex-professores e funcionários e ex-funcionários debateram e votaram, no Salão Caramelo, o texto final que sintetiza uma discussão de mais de dois anos da comunidade FAU.

O PDP foi elaborado durante o ano de 2010 e início de 2011 pela equipe de trabalho do Conselho Curador da Faculdade. No Fórum foram discutidas as emendas enviadas pela comunidade FAU ao texto elaborado pelo Conselho, em fevereiro deste ano, após meses de estudos sobre os edifícios da FAUUSP em suas dimensões físicas e históricas, e estabelecem princípios, procedimentos e diretrizes para as futuras intervenções espaciais nesses edifícios.

Composto por alunos, professores e funcionários com representação paritária (sete membros titulares de cada categoria), o Conselho Curador é um órgão consultivo da Congregação da FAUUSP que funciona de maneira inédita e pioneira na USP por seu caráter paritário e pelo fato de sua presidência ser exercida por um aluno. Ele é fruto da mobilização da comunidade FAU em 2009 diante da fragmentação e falta de clareza das intervenções que a diretoria estava propondo, na época, para o edifício projetado por Vilanova Artigas e reconhecido como marco na arquitetura modernista brasileira¹. No dia 12 de maio de 2009, uma Congregação aberta que lotou o auditório decidiu que seria “conduzido um processo de ordenação das obras em um Plano Diretor de restauro e conservação, orientado para a manutenção e valorização do edifício”.

Foi, para tanto, delegada ao Conselho Curador a condução do processo de elaboração do Plano Diretor da FAUUSP, e, em seguida, seu estatuto foi reformulado, dotando o órgão da representação paritária. Um novo Conselho Curador, composto por sete professores, sete estudantes e sete funcionários foi eleito diretamente por todos esses segmentos.

A participação da comunidade FAU – desde as “leituras participativas” até os seminários abertos de consolidação do texto inicial do PDP – foi fundamental na identificação das necessidades e desejos dos usuários dos edifícios e na proposição das diretrizes que servirão de base às melhorias espaciais a serem realizadas pela Faculdade nos próximos oito anos. O Fórum foi, portanto, o espaço democrático no qual se deu a consolidação final do Plano a partir da aprovação da comunidade FAU, com plena voz para definir os rumos das futuras intervenções nos edifícios que constituem parte de seu cotidiano. Os dois dias de trabalho do Fórum caracterizaram-se como um momento unificado de discussão

¹ Ver, por exemplo, as matérias publicadas pelo portal UOL na época disponíveis em: <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/2009/06/05/ult5772u4250.jhtm?act> e <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/2009/06/05/ult5772u4259.jhtm?act>.

sobre os rumos dos espaços da FAU e de criação de consensos possíveis entre os membros da Faculdade, em um processo desafiador e enriquecedor para todos os envolvidos.

Para a elaboração do Plano, foram organizadas três frentes de trabalho: “leitura técnica”, “leitura participativa” e “leitura patrimonial”. Para cada uma dessas frentes, constituiu-se um subgrupo do Conselho, com o apoio de estagiários da graduação e da pós-graduação, especialmente contratados para esse fim. A “leitura técnica” realizou um levantamento das condições físicas dos edifícios da FAU, a “leitura participativa” foi o momento de discussão com os usuários dos edifícios a respeito dos problemas e potencialidades dos espaços em questão e a “leitura patrimonial” cuidou de levantar mudanças no uso e na ocupação dos edifícios ao longo do tempo, bem como das questões relativas ao tombamento e suas implicações deontológicas. Além disso, para projetar ocupações futuras foram realizados extensos levantamentos sobre o programa atual da FAU e o espaço que ele demanda, constante dos anexos ao PDP. Todo o material das leituras foi disponibilizado em um site especialmente criado para dar suporte a esse processo: (www.usp.br/fau/planodiretor).

Em seguida foi produzida, a partir de seminários e reuniões abertas do Conselho, uma “síntese das leituras”, apresentada e debatida publicamente. A partir do debate da “síntese das leituras”, o conselho elaborou uma pré-proposta de Plano Diretor, que depois de apresentada e debatida nos conselhos e comissões da FAU, entre estudantes, professores e funcionários, foi submetida a um período de formulação de “emendas”, para que, finalmente, todo o conjunto de emendas, formuladas pelos integrantes da comunidade FAU, fossem debatidas e votadas no Fórum.

Apresentamos, a seguir, uma breve cronologia do processo, e, em seguida, uma síntese do trabalho realizado em cada uma das etapas:

2009

- Greve USP e reformas FAU
- Congregação aberta: Conselho Curador se torna o responsável pela condução de um processo de elaboração do PDFAU
- Alteração do regimento do Conselho Curador que se torna paritário

2010

- Eleição do Conselho Curador paritário
- Processo de elaboração do Plano Diretor é aprovado pela Congregação
- Realização das sessões de Leitura Participativa dos espaços da FAU
- Realização da Leitura Técnica por equipe de trabalho do Conselho Curador
- Apresentação para a comunidade FAU da síntese das leituras
- Seminários públicos do Conselho com comissões e conselhos da FAU para elaboração da proposta preliminar (texto base do PDP-FAUUSP)
- Reuniões de trabalho abertas

2011

- Publicação e apresentações públicas da proposta de Plano Diretor
- Envio de emendas à proposta de Plano
- Fórum



Figura 2: Cartelas utilizadas na leitura participativa dos espaços de ensino
Crédito: Acervo Conselho Curador

LEITURA PARTICIPATIVA

² Planejamento Participativo Situacional, desenvolvido, inicialmente, por Carlos Matus, no Chile, é uma das técnicas de moderação desenvolvida para permitir uma distribuição equitativa de “espaços de palavra”, evitando o controle do processo por poucos participantes com maior desenvoltura oral. Utiliza-se de cartelas com palavras-chave e métodos de condensação e síntese.

Nessa etapa, a FAU foi dividida em “territórios” (subespaços). Os usuários de cada território (funcionários, professores e estudantes) foram convidados a participar de oficinas, realizadas segundo a técnica do planejamento participativo situacional². Os participantes, depois de “visitar” conjuntamente a área, levantavam os principais conflitos/problemas e qualidades/potenciais daquele espaço. A dinâmica dessas oficinas organizou-se em: apresentação do processo; visita pelo espaço em questão; levantamento das problemáticas e potencialidades dos espaços por meio de cartelas com palavras-chave agrupadas por tema; discussão acerca do que foi levantado nas cartelas e produção de sínteses por tema; e questionário com a planta do lugar. As oficinas ocorreram em oito territórios:

1. Espaços coletivos: piso do museu (bar, museu e grêmio); auditório; piso do Salão Caramelo, incluindo o espaço atualmente ocupado pela diretoria e administração; e espaços abertos no entorno do prédio (estacionamento, jardim, lago, etc.).
2. Espaços de aula: estúdios, salas de aula e ateliê interdepartamental.
3. Espaço da biblioteca.
4. Administrativo: pavimento dos departamentos e da seção de alunos.
5. Subsolo: espaço atualmente ocupado pelos laboratórios de pesquisa, seções técnicas e serviços (copa, etc.).
6. Anexo: prédio ocupado pelas oficinas, laboratórios e gráfica e Canteiro Experimental.
7. Vila Penteadado: espaço atualmente ocupado pela pós-graduação.
8. Ateliê Fracarolli.

Foi realizada uma reunião por território, com exceção do espaço de ensino, que foi debatido em cinco reuniões (uma por dia), para garantir a maior participação possível de professores e estudantes. Ao todo foram realizadas 11 oficinas.

Ao final dessa etapa, a equipe técnica, sob coordenação do Conselho Curador, realizou uma síntese do que foi levantado nas leituras. Registramos, a seguir, o roteiro e dinâmica das oficinas participativas:



Figura 3: Nabil Bonduki coordena a leitura participativa dos espaços de ensino
Crédito: Acervo Conselho Curador



Figura 4: Leitura participativa dos espaços coletivos realizada no Salão Caramelo
Crédito: Acervo Conselho Curador

Roteiro e dinâmica da leitura participativa

O objetivo da Leitura Participativa, realizada simultaneamente com a Leitura Técnica, foi o de identificar, a partir da experiência concreta dos usuários, os problemas e as potencialidades de cada um dos “territórios” da FAUUSP, visando garantir o melhor resultado na utilização desses espaços. Nesses territórios foram observados os seguintes aspectos:

- a. Formas de uso e ocupação, detectando a adequação do ambiente à atividade desenvolvida, ociosidade e/ou congestionamento na utilização do espaço;
- b. conflitos entre as atividades;
- c. condições de habitabilidade, como conforto térmico, acústico, iluminotécnico e ambiental;
- d. problemas de ordem construtiva, estruturais ou não-estruturais;
- e. adequação do mobiliário às atividades desenvolvidas em cada um dos ambientes analisados;
- f. outros, conforme avaliação pessoal de cada participante.

As questões apresentadas foram:

1. Quais são os problemas desse território, considerando todo o item descrito acima?
Cada participante podia preencher quantas cartelas precisasse, mas em cada cartela deveria ser escrito apenas um problema.
2. Quais são as potencialidades desse território?
O mesmo critério, referente às cartelas, estabelecido na primeira questão, valeu para essa.

Ao final desses dois momentos, após a leitura de todas as cartelas, foram realizadas discussões com o objetivo de sintetizar as questões levantadas. Assim, ao final dessa etapa, foram estabelecidos critérios para sistematizar cada uma das oficinas; os conflitos e as potencialidades de todos os espaços foram agrupados em três grandes grupos: habitabilidade, gestão e pedagógico.



Figura 5: Estúdio 3 durante a visita de levantamento técnico
Crédito: Acervo Conselho Curador



Figura 6: Visita de levantamento técnico no porão do edifício Vilanova Artigas
Crédito: Acervo Conselho Curador



Figura 7: Visita de levantamento técnico no porão do edifício Vila Penteadão (FAU-Maranhão)
Crédito: Acervo Conselho Curador

LEITURA TÉCNICA

Com o objetivo de qualificar tecnicamente os resultados das leituras participativas e cronológicas, foi desenvolvido um levantamento técnico das condições físicas dos espaços para os usos atuais dos edifícios pertencentes à FAUUSP.

O objetivo principal da Leitura Técnica foi o de contribuir para o desenvolvimento de uma base metodológica e de critérios de prioridades, a fim de estabelecer-se diretrizes para as ações e intervenções nos espaços físicos dos edifícios da FAUUSP.

Para tanto foram utilizadas como referências metodológicas a norma internacional *ISO 6241:1984 – International Organization for Standardization Performance standards in building – Principles for their preparation and factors to be considered* e o trabalho de sistematização feito pelo professor João Roberto Leme Simões na tese de livre-docência intitulada *Patologias – Origens e reflexos no desempenho técnico-constructivo dos edifícios* (2004).

A *ISO 6241* analisa o edifício de acordo com seu desempenho baseado nos requisitos do usuário, que estão divididos em condições de:

- a) Segurança (estrutural, contra incêndio e ao uso);
- b) Salubridade (estanqueidade, qualidade do ar e higiene);
- c) Conforto ambiental (conforto: higrotérmico, acústico, visual, tátil e antropodinâmico).

Por outro lado, os subsistemas, do sistema edifício, considerados para efeito deste levantamento, de acordo com a classificação e nomenclatura da *NBR 15575*, são: estrutura, pisos internos, fachadas e paredes internas, cobertura, sistemas hidrossanitários e sistemas elétricos. Foram desconsiderados, para esta leitura, os seguintes subsistemas: fundação, sistemas de condicionamento ambiental, sistemas de gás combustível e sistemas de telecomunicação, sistema de elevação e transporte, sistemas de proteção contra incêndios e sistemas de segurança e automação predial.

Realizou-se um extenso levantamento fotográfico, base para uma leitura visual das patologias, da maior parte dos recintos dos edifícios pertencentes à Faculdade. O trabalho resultou em várias planilhas de patologias construtivas estruturadas por ambientes. Patologias construtivas são definidas como qualquer manifestação de degradação dos materiais, elementos, componentes e sistemas das edificações. A definição se baseia nas características inerentes aos subsistemas do edifício; sendo assim, excluiu-se, para efeito deste levantamento, as deficiências relacionadas a *layout* e mobiliário do ambiente. As fotografias das patologias registradas formaram um banco de dados para alimentar as planilhas referentes ao desempenho dos subsistemas em relação aos requisitos do usuário.



Figura 8: Buraco no piso de epóxi no edifício Vilanova Artigas
Crédito: Acervo Conselho Curador

Na seguinte fase procedeu-se à leitura das patologias construtivas e dos respectivos reflexos nos requisitos do usuário. Dessa forma, quanto mais patologias construtivas apresentar, menor a qualidade de desempenho do subsistema diante do requisitos do usuário, em relação a cada subsistema e ao seu conjunto. No sentido de estabelecer prioridades aos diferentes requisitos, foram atribuídos pesos diferenciados conforme o grupo de requisitos. Assim, o requisito segurança, em seus aspectos específicos, considerado básico na garantia da função abrigo, recebeu peso máximo. Adotou-se, também, uma ponderação dos reflexos de acordo com a atividade em cada ambiente.

No exemplo, a patologia em questão, buraco no piso de epóxi, possui reflexos nos quesitos de segurança (peso 7), salubridade (peso 6) e conforto ambiental (peso 4 –

antropodinâmico, e peso 1 – visual); dessa forma, a distribuição dos pesos já considera a presença da patologia em um ambiente de circulação e convívio.

O processamento das planilhas resultou em várias tabelas que permitem a leitura de todas as patologias por subsistemas, pavimentos e atividades. Os resultados das tabelas finais serviram de base para a redação do Plano Diretor, principalmente, no *Título IV: Cronograma de metas e ações*, referente a ações imediatas, de curto, médio e longo prazos, com a leitura participativa.

A soma final de reflexos ponderados em um determinado ambiente resulta em seu nível de não-atendimento aos requisitos do usuário, o que determina seu grau de prioridade de intervenção, tanto das áreas consolidadas a readequar quanto dos outros espaços que devem ser adequados enquanto não sejam implementados os projetos definitivos.

LEITURA PATRIMONIAL

Os trabalhos desenvolvidos pela equipe técnica, que tratou de questões relacionadas ao entendimento dos edifícios da FAU como bem cultural, foram estruturados em várias etapas, abordando diversas questões relacionadas ao fato de dois edifícios da FAU serem bens protegidos por lei estadual e municipal: a sede na Cidade Universitária e a Vila Penteadão. Ambos são exemplares de interesse arquitetônico, de grande significância, não apenas para a USP, mas para a arquitetura brasileira. Esse privilégio implica, porém, responsabilidades, pois a FAU tem a obrigação de zelar, da melhor maneira possível – atuando de modo irrepreensível no que diz respeito ao método e procedimentos, por ser uma Faculdade de Arquitetura de uma Universidade pública –, por todos os bens sob sua responsabilidade e, em especial, por aqueles considerados de interesse cultural. A Vila Penteadão e o edifício principal do campus Butantã são representantes insígnies de momentos distintos da história arquitetônica de São Paulo, documentos de enorme relevância, portadores de conhecimentos em vários campos do saber, sendo ainda associados a fatos, passados e presentes, que fazem com que essas obras sejam significativas também por seus aspectos memoriais e simbólicos.

Tabela de Reflexos por Atividades																								
Vilanova Artigas - Pavimento 4																								
Subsistema - Pisos Internos (PS)																								
atividade	tipo	patologia			Requisitos do usuário																			
		código	descrição	foto	Segurança					Salubridade					Conforto									
				1	2	3	sub	%	col	4	6	11	sub	%	col	5	7	8	9	10	sub	%	col	
circulação/comércio	"epóxi"	PcPS_08	buracos		-	-	7	7	25%		6	-	6	12	18%		-	-	-	1	4	5	23%	
	"epóxi"	PcPS_02	manchas		-	-	-	0	0%		-	-	6	6	9%		-	-	-	-	-	0	0%	
	"epóxi"	PcPS_05	falta de concordância		-	-	7	7	25%		6	-	6	12	18%		-	-	-	1	4	5	23%	
	"epóxi"	PcPS_03	falta de revestimento		-	-	-	0	0%		-	-	6	6	9%		-	-	-	1	4	5	23%	
serviços	"epóxi"	PcPS_08	buracos		-	-	7	7	25%		6	-	6	12	18%		-	-	-	1	2	3	14%	
	"epóxi"	PcPS_05	falta de concordância		-	-	7	7	25%		6	-	6	12	18%		-	-	-	1	2	3	14%	
	"epóxi"	PcPS_01	desgaste		-	-	-	0	0%		-	-	6	6	9%		-	-	-	1	-	1	5%	
Total de reflexos ponderados					0	0	28	28			24	0	42	66			0	0	0	6	16	22		
Porcentagem					0%	0%	100%		100%		36%	0%	64%		100%		0%	0%	0%	27%	73%		100%	
Colocação																								

Obs:

pós- 259

Resumo do subsistema PISOS INTERNOS (PS)																										
Vilanova Artigas																										
pavimento	Requisitos do usuário																		resultados							
	Segurança					Salubridade					Conforto															
				1	2	3	sub	%	col	4	6	11	sub	%	col	5	7	8	9	10	sub	%	col	total	%	col
1	0	0	70	70	16%	1º	48	6	102	156	15%	2º	10	0	0	19	37	66	18%	1º	292	16%	1º			
2	0	0	63	63	15%	2º	66	0	120	186	18%	1º	0	0	0	14	28	42	12%	4º	291	16%	1º			
3	0	0	56	56	13%	3º	48	0	108	156	15%	2º	5	0	0	14	30	49	14%	2º	261	14%	2º			
4	0	0	28	28	6%	5º	24	0	42	66	6%	6º	0	0	0	6	16	22	6%	6º	116	6%	6º			
5	0	0	70	70	16%	1º	60	0	78	138	13%	3º	0	0	0	13	30	43	12%	4º	251	14%	2º			
6	0	0	21	21	5%	6º	12	0	30	42	4%	7º	5	0	0	6	14	25	7%	5º	88	5%	7º			
7	0	0	49	49	11%	4º	24	0	78	102	10%	5º	10	0	0	11	26	47	13%	3º	198	11%	3º			
8	0	0	28	28	6%	5º	48	6	72	126	12%	4º	0	0	0	9	12	21	6%	6º	175	10%	4º			
circulação vertical	0	0	49	49	11%	4º	18	0	48	66	6%	6º	5	0	0	8	32	45	13%	3º	160	9%	5º			
Total Reflexos Ponderados	0	0	434	434			348	12	678	1038			35	0	0	100	225	360			1832					
% Reflexos	0%	0%	100%				34%	1%	65%		100%		10%	0%	0%	28%	63%		100%				100%			
Classificação	-	-	1º				2º	3º	1º				3º	-	-	2º	1º									

Obs:

Quadro resumo do desempenho técnico dos subsistemas do edifício Vilanova Artigas																										
Subsistema	Requisitos do usuário																		resultados							
	Segurança					Salubridade					Conforto															
	estrutural		fogo		usuário		estancamento		qualidade do ar		higiene		microclima		acústico		sala		visual		antropométrico		Total	%	col	
				1	2	3	sub	%	col	4	6	11	sub	%	col	5	7	8	9	10	sub	%	col			
Estrutura	455	0	553	1008	36%	1º	570	294	750	1614	32%	2º	27	0	0	40	4	71	5%	5º	2693	29%	2º			
Pisos internos	0	0	434	434	16%	4º	348	12	678	1038	20%	3º	35	0	0	100	225	360	26%	2º	1832	20%	3º			
Fachadas e paredes internas	7	7	590	574	21%	2º	450	357	861	1668	33%	1º	245	88	144	105	99	661	49%	1º	2923	31%	1º			
Sistemas elétricos	0	238	252	490	18%	3º	0	0	216	216	4%	6º	0	0	0	13	110	123	9%	3º	829	9%	4º			
Sistema hidrosanitário	0	0	77	77	3%	6º	120	12	132	264	5%	5º	0	0	0	0	57	57	4%	6º	388	4%	6º			
Cobertura	84	7	126	217	8%	5º	182	54	144	300	6%	4º	80	0	11	16	12	101	7%	4º	618	7%	5º			
Total	548	252	2002	2800			1590	729	2781	5100			367	88	155	274	507	1393			9293					
% Reflexos	20%	9%	72%		100%		31%	14%	55%		100%		26%	6%	11%	20%	36%		100%				100%			
Classificação	2º	3º	1º				2º	3º	1º				2º	5º	4º	3º	1º									

Obs:

Figura 9: Exemplo de planilhas resultantes: (A) por atividade, (B) por pavimento e (C) por subsistema
Crédito: Grupo de trabalho Levantamento Técnico do Conselho Curador

Na primeira etapa, desenvolvida entre junho e agosto de 2010, foram feitos trabalhos paralelos: um estudo de cronologia dos edifícios, procurando evidenciar como as funções foram distribuídas no espaço, com o intuito de compreender o modo como os edifícios foram ocupados ao longo do tempo³; uma linha do tempo, em que foram sistematizados graficamente, dados sobre a instituição, sobre a estruturação do ensino, e sobre os edifícios, de modo a auxiliar a compreensão de alterações de usos dos espaços; o levantamento da legislação de tombamento que incide nos edifícios e as implicações resultantes da proteção legal. Na cronologia, procurou-se sintetizar graficamente informações esparsas, de modo a permitir um melhor entendimento das formas de ocupação dos prédios, em alguns momentos específicos, considerados significativos em relação às mudanças ocorridas que levam ao entendimento de sua configuração atual. Esse estudo forneceu elementos para, na etapa sucessiva, elaborar análise mais acurada da caracterização da composição dos prédios, das formas de articulação de seus espaços, de modo a que esses elementos caracterizadores venham a ser respeitados em intervenções. Essas análises são parte integrante do processo de aprofundamento cognitivo em relação às obras, e devem fazer parte de qualquer ação.

No que respeita à lei de tombamento, é necessário entender que é um instrumento normativo que incide sobre bens considerados de interesse cultural, sendo um de seus efeitos controlar alterações a serem feitas nesses bens. A preservação, porém, vai muito além do tombamento: possui um sentido lato, que pode abarcar grande variedade de ações como inventários, registros, leis para a tutela, educação patrimonial e intervenções nos bens para que sejam transmitidos da melhor maneira possível ao futuro. Uma vez que edifícios da FAU são protegidos pela lei estadual e pela municipal⁴, as ações nos edifícios tombados devem, necessariamente, seguir aquilo que é estipulado nas leis. As leis estabelecem, no que respeita a intervenções, que qualquer obra a ser feita no edifício, inclusive uma simples pintura, tem de ser autorizada pelos conselhos deliberativos dos órgãos estadual e municipal. A lei não impede transformações nos edifícios, mas exige que sejam previamente examinadas pelos corpos técnicos dos órgãos e aprovadas por seus respectivos conselhos. Obras de manutenção ordinária – como substituir telhas e vidros quebrados, realizar reparos em condutores e nas instalações hidráulica e elétrica – não precisam ser submetidas aos órgãos de preservação. Ações mais complexas – como grandes reparos de coberturas, substituição sistemática de madeiramento, pinturas, transformação significativa das instalações elétricas – precisam ser apresentadas e submetidas aos órgãos de preservação.

Uma vez que nossos instrumentos normativos não definem as modalidades de intervenção nem os princípios que deveriam guiá-las – ou seja, aquilo que é lícito fazer em um bem tombado –, e tampouco remetem a documentos que o façam, é relevante que as propostas apresentadas aos órgãos de preservação sejam circunstanciadas e baseadas em critérios coerentes, para justificar eventuais mudanças.

Na etapa sucessiva de trabalho, a equipe procurou, com efeito, aprofundar não apenas a caracterização espacial dos edifícios, mas também as implicações legais e deontológicas ligadas ao fato de os edifícios da FAU serem bens culturais, estabelecendo a fundamentação teórica para elaborar as propostas que foram incorporadas nos princípios e diretrizes do Plano Diretor Participativo (PDP).

Um dado levado em conta nos trabalhos do grupo foi o fato de o órgão estadual de preservação ter sido membro do International Council on Monuments and Sites (Icomos) e o Centro de Preservação Cultural da USP (CPCUSP), que tem também a

³ Para o estabelecimento das fases e elaboração da cronologia foram realizadas entrevistas e consultadas várias obras. O resultado da cronologia, em que são apresentadas as fases para cada um dos edifícios (com a justificativa para a escolha das fases e a metodologia utilizada), as referências bibliográficas utilizadas, as entrevistas realizadas e mais a linha do tempo, estão em: www.usp.br/fau/fau/administracao/congregacao/planodiretor/material/leitura_patrimonial/cronologia.pdf.

⁴ As leis a que os edifícios estão submetidos podem ser consultadas pelo endereço do plano diretor no site da FAU: http://www.usp.br/fau/fau/administracao/congregacao/planodiretor/material/leitura_patrimonial/index.html.

finalidade de definir critérios e procedimentos relativos ao patrimônio cultural da USP, ser membro institucional do Icomos, órgão com papel consultivo e de colaboração da Unesco. Pela declaração de compromisso ético, os membros do Icomos deveriam atuar em acordo com suas cartas e doutrinas, convenções internacionais e, ainda, respeitar as recomendações da Unesco. Do ponto de vista deontológico, portanto, deveriam ser seguidas as recomendações do Icomos ao atuar nos bens culturais da USP. Desse modo, foram analisadas as cartas patrimoniais, em especial a *Carta de Veneza*⁵, o documento da instituição mais diretamente voltado a obras arquitetônicas e que permanece como documento-base, para estabelecer a fundamentação das diretrizes de intervenção, remetendo a outros documentos do Icomos para aprofundamento e complementação. O intuito das cartas é estabelecer normas de conduta deontológica para todos os envolvidos com os edifícios e diretrizes de atuação. Note-se que não se trata de receituário de aplicação mecânica, nem de projeto, mas de uma série de diretrizes – de caráter indicativo e prescritivo – que deverão ser interpretadas para as situações concretas que se apresentarem.

Os princípios da preservação são voltados aos bens culturais como um todo, não importando a época de sua construção, nem seus materiais. Existem preceitos teórico-metodológicos comuns que embasam as intervenções; quando se passa à fase operacional há muita variação dos meios postos em prática para enfrentar as particularidades de cada obra, decorrentes de sua configuração, de sua materialidade e de seu transcurso ao longo do tempo. Essa compreensão em relação às cartas repercutiu na elaboração de artigos do PDP, em especial (mas não só) do 16 ao 23⁶. No artigo 16, insiste-se na necessidade de qualquer intervenção nos edifícios ser precedida por estudos multidisciplinares que conduzam ao aprofundamento do conhecimento sobre a obra e a um diagnóstico aprofundado, para embasar e justificar a proposta, que deve ser prefigurada e controlada pelo projeto. O artigo 17 trata diretamente dos bens culturais, exigindo seu respeito no que concerne aos aspectos materiais, documentais e de conformação, e esse respeito seja baseado naquilo que motiva a preservação, nomeadamente as razões de cunho cultural, científico e ético.

O artigo é alicerçado no entendimento da preservação como ato de cultura e essa visão é resultado de processo plurisecular. Os princípios teóricos que devem fundamentar as intervenções práticas, como enunciados no artigo 20, também provêm desse raciocínio; ou seja, o entendimento das razões de preservar-se deve conduzir a formas idôneas de como fazê-lo. As raízes desse tipo de relação com bens legados por outras épocas estão no século 15, em que as formas de agir em obras entendidas como de interesse cultural passaram, lentamente, e não sem variadas contradições, a não mais ser ocasionadas apenas por razões práticas (como as de uso ou econômicas, por exemplo), que continuam sempre presentes, mas a serem movidas por questões de cunho: cultural – voltadas aos aspectos estéticos, históricos, memoriais e simbólicos dos bens; científico – pelo conhecimento que as obras transmitem nos vários campos do saber, tanto em humanidades quanto nas ciências naturais; e éticas – por não se ter o direito de deformar nem de apagar testemunhos tidos como relevantes de gerações passadas e privar o presente e as gerações futuras da possibilidade de conhecimento dos quais os bens são portadores, nem de sua função como suporte da memória individual e coletiva.

Os preceitos teóricos da restauração – que deveriam guiar a intervenção em bens culturais – são relacionados diretamente com aquilo que motiva a

⁵ Para a análise do papel das cartas patrimoniais, interpretação circunstanciada dos artigos da Carta de Veneza e bibliografia sobre o tema ver: KÜHL, Beatriz Mugayar. Notas sobre a Carta de Veneza. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 287-320. dez 2010. Também disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-47142010000200008&lng=pt&nrm=iso.

⁶ Todos os artigos aqui referidos são os do texto base do PDP-FAUUSP, que tiveram sua numeração modificada após o Fórum. O texto base está disponível para consulta em: http://www.usp.br/fau/fau/administracao/congregacao/planodiretor/proposta/2a_jornal_com_capa.pdf

preservação. São fruto de, pelo menos, dois séculos e meio de formulações teóricas associadas a experimentações na prática e um século em que a restauração é entendida como campo disciplinar autônomo, mas não isolado, pois é necessariamente multidisciplinar. A restauração possui, portanto, referenciais teóricos e instrumentos técnico-operacionais que lhe são próprios, com o intuito de transmitir os bens da melhor maneira possível – respeitando seus aspectos materiais, documentais e de conformação, suas várias estratificações e as próprias marcas da passagem do tempo – sem desnaturá-los, sem falseá-los, para que cumpram seu papel como bens culturais, a saber: para que possam, de fato, continuarem a ser documentos fidedignos e, como tal, servir como efetivos suportes do conhecimento e da memória coletiva. Por isso, qualquer intervenção deve ser justificável e justificada do ponto de vista das razões pelas quais se preserva.

Na forma como a *Carta de Veneza* está estruturada, aparecem as ações de manutenção – atos cotidianos de execução de pequenos reparos e substituições (substituir telhas ou vidros quebrados, reparar condutores, etc.) os quais evitam que a deterioração se acelere, adiando, ou evitando, intervenções de maior monta – conservação (artigos 4º a 8º) e restauração (artigos 9º a 13), que implicam graus crescentes de ingerência nas obras. Segundo a visão de Roberto Pane, exposta na conferência de abertura do Congresso que deu origem à *Carta*, a diferença entre essas ações “é puramente quantitativa e não qualificativa”. É, portanto, uma visão unitária do problema, que faz com que mesmo as ações cotidianas de manutenção sejam guiadas pelo reconhecimento pleno da obra como bem cultural e pautadas pelo respeito por seus aspectos materiais, documentais e formais. Desse modo, é necessário que procedimentos, técnicas e materiais empregados sejam sempre adequados, até mesmo no caso de limpezas cotidianas.

A manutenção constante é, há séculos, reconhecida como a forma mais eficaz de cuidar do bem e evitar sua degradação, por atuar de forma preventiva em relação aos danos e evitando, caso ocorram, que se agravem e tornem-se causa de problemas ulteriores. Dessa forma, sana e regenera as construções. Isso repercutiu no PDP, em que foi dada grande ênfase às manutenções, preconizando que uma rotina de manutenção corretiva e preventiva seja incorporada à estrutura administrativa da Faculdade: eficaz do ponto de vista técnico e baseada em estudos multidisciplinares.

Ao se vincular as definições aos documentos do Icomos, procurou-se também esclarecer alguns equívocos que ainda permeiam a visão sobre o restauro:

- Restaurar não é refazer imitando estilos do passado, não é voltar ao estado original ou a um estado anterior qualquer. Restauro era voltar a um estágio progressivo no século 19 e início do 20. Deixa de ser em documento com implicações normativas na Itália em 1883; em um documento internacional, em 1931 (a *Carta de Restauração* de Atenas); em um documento firmado por representantes brasileiros, em 1964 (a *Carta de Veneza*). Note-se que, no restauro, é possível atuar mediante a remoção de adições, consideradas incongruentes ou prejudiciais à obra após acurado processo de análise; isso é diverso de querer restabelecer um suposto estágio primitivo
- Projeto e criatividade são parte integrante do restauro. Restaurar e conservar implica sempre modificações. Mesmo não se fazendo nada, as coisas deixadas à própria sorte se alteram; preservar, por meio de ações de conservação e restauro, significa, portanto, intervir de certa maneira e, por conseguinte, modificar a realidade existente. Um projeto de restauração, por mais restrita que

seja a intervenção, é sempre um projeto de arquitetura, que comporta, sempre, o uso da criatividade (a serviço da preservação e não em detrimento dela).

- Restaurar não é mera operação técnica. O restauro é sempre ato crítico – que leva em consideração a obra (ou conjunto de obras) em sua materialidade, em seus aspectos documentais e formais e em sua translação ao longo do tempo – que, pelo processo de análise multidisciplinar, que articula, necessariamente, humanidades e ciências exatas e biológicas, transforma-se em ato operacional. Ou seja, antes de agir, é necessário pensar. O restauro é ato crítico que se insere no tempo presente e que se coloca, segundo Philippot e Brandi, como “hipótese crítica” – ou seja, não é uma tese que se quer demonstrar a todo custo às expensas do documento histórico; daí toda a prudência conservativa e os princípios da distinguibilidade, re-trabalhabilidade e mínima intervenção –, voltados para a transmissão do bem para as próximas gerações da melhor maneira possível, intervindo com respeito aos seus elementos caracterizadores. É, portanto, ato de respeito pelo passado, feito no presente, que mantém sempre o próprio presente e o futuro no horizonte de suas reflexões. Esse entendimento do restauro tem repercussão no artigo 20 do PDP, embasado na *Carta de Veneza*, em que se remete também às recomendações dos outros documentos Icomos (que possuem caráter complementar, e não-substitutivo, à *Carta*)⁷.

Uma premissa fundamental para qualquer intervenção é respeitar e preservar a autenticidade dos elementos constitutivos da obra, de sua materialidade e configuração, como transformadas pelo tempo. Esse princípio deve sempre guiar e condicionar as escolhas projetuais e operacionais: qualquer alteração deve ser justificada e, ainda, prefigurada e controlada pelo projeto arquitetônico.

⁷ Para uma explicação pormenorizada das razões desses princípios, consultar o texto “FAU Bem Cultural” em: http://www.usp.br/fau/fau/administracao/congregacao/planodiretor/material/leitura_patrimonial/index.html.

⁸ Disponível no link referido na nota 6.



Figura 10: Votação durante o Fórum
Crédito: Gabrel Pietraroia

FÓRUM DO PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DA FAUUSP 2011- 2018

No início de abril foi publicada uma primeira proposta do texto base do Plano Diretor para o fórum, tornada pública por um jornal com tiragem de 1.500 exemplares distribuídos pela FAU⁸. Dois meses, no entanto, foi o tempo pedido pela Congregação da Faculdade para aprofundar as discussões. Nesses dois meses a proposta de plano foi apresentada e debatida nos departamentos, entre os alunos e entre os funcionários da Faculdade. Vídeos explicativos foram publicados no site do Conselho Curador e emendas ao texto foram propostas por integrantes da Comunidade FAU por meio de um site e um sistema especialmente desenvolvido para essa finalidade (www.tinyurl.com/pdfauusp). As emendas poderiam ser supressivas, quando se pretendia excluir completamente o texto ou documento anexo; modificativas, quando se pretendia alterar a redação de um artigo ou



Figura 11: Mesa de inscrição com a proposta do PDP e com a sistematização das emendas
Crédito: Gabrel Pietraroia

anexo, e, aditivas, quando se pretendia acrescentar uma redação completamente nova. Sessenta e duas emendas foram feitas ao Plano, elaboradas por professores, funcionários e estudantes, individualmente ou em grupo, pelos departamentos, pelos funcionários reunidos em assembleia e pelo GFAU (Grêmio dos estudantes da FAU). Uma tabela sistematizando todas as emendas apresentadas, artigo a artigo, foi disponibilizada para os mais de 300 participantes.

A apreciação e organização dessas propostas foram fundamentais para permitir que as emendas fossem votadas até a definição de uma versão final. Como, em muitos casos, os itens do texto base apresentavam mais de uma proposta de emenda, foram estabelecidos alguns critérios para ordená-las. Uma a uma, elas eram encaminhadas com manifestações favoráveis ou contrárias. As propostas supressivas, quando existiam, eram votadas em primeiro lugar; a seguir, eram votadas as propostas contraditórias, uma contra a outra, e por fim eram votadas as propostas que não se contrapunham à natureza do texto em questão, mas que apresentavam pequenas modificações, supressivas ou aditivas.

FÓRUM

O método de votação proposto pelo Conselho Curador, aprovado pela Congregação e adotado no Fórum foi o voto paritário proporcional entre as três categorias. Com o objetivo de permitir que posições divergentes de uma mesma categoria se manifestassem, mantendo, ainda assim, a paridade, foi determinado que os votos seriam computados considerando a porcentagem dos votos obtidos em cada uma das categorias. Essas porcentagens eram somadas e, então, eram tiradas as médias dos votos favoráveis, contrários e das abstenções. Para facilitar o processo definiu-se que cada categoria sempre somaria 100 pontos, totalizando 300 para cada votação.



Figura 12: Professores, funcionários e alunos durante o Fórum
Crédito: Cândida Vuolo



Figura 13: Salão Caramelo durante o Fórum
Crédito: Cândida Vuolo

Para facilitar a contagem dos votos, o Salão Caramelo foi dividido em três setores: um para os professores, um para os funcionários e outro para os estudantes, sendo cada categoria identificada por meio de crachás de diferentes cores que serviam, ainda, como comprovante de inscrição e participação. As votações e a sistematização da proposta base com as emendas eram projetadas em dois telões. Os trabalhos durante o Fórum foram coordenados, nos dois dias, por uma mesa composta por uma equipe de quatro membros, sendo: um representante da Congregação e um representante do Conselho Curador de cada categoria.

Nos dois dias em que ocorreu o Fórum, as atividades da escola, em todos os seus edifícios, foram paralisadas; professores, funcionários e estudantes foram dispensados de suas atribuições cotidianas e convocados para participar do evento. Ao final do processo, com o resultado das votações, a versão final do Plano foi atualizada, revisada – sem que fosse alterado seu conteúdo – e divulgado para toda a Comunidade FAU. A Congregação da Faculdade, na sessão do dia 21 de setembro de 2011, aprovou o texto na íntegra, mas sugeriu que fosse feita uma revisão completa da redação do Plano Diretor para ajustar erros ortográficos e redações ambíguas. O PDP se encontra, atualmente, nessa etapa e deverá ser aprovado definitivamente no próximo encontro da Congregação, em outubro de 2011.

CONCLUSÃO

O Fórum contou com ampla participação das três categorias, atingindo plenamente seu objetivo de estabelecer diretrizes pactuadas para a intervenção, que possam apontar para uma mudança na cultura de gestão e reforma dos prédios da escola. Tal cultura foi marcada, nos últimos anos, por projetos sem responsáveis claramente identificados e pela ausência de um marco de planejamento das prioridades necessárias.

Dessa forma, durante o Fórum algumas questões emblemáticas geraram debates mais acalorados, tais como: as atribuições e o significado do escritório técnico com caráter didático; a questão do espaço individual dos professores e sua relação com o estúdio, com os departamentos e com a pesquisa; a relação das oficinas com o ensino; a reinserção da pesquisa no espaço didático; a articulação das oficinas (atualmente localizadas, essencialmente, no edifício Anexo) com o conjunto da escola; a gestão do piso do museu.



Figura 14: Salão Caramelo durante o Fórum
Crédito: Gabriel Pietraroia e Erica Yukiko Yoshioka

⁹ Cf. Item “Leitura patrimonial” do presente artigo.

No Plano, as ações de intervenção física e espacial nos prédios da FAU foram colocadas em uma linha do tempo, de acordo com a classificação que receberam das equipes técnicas, distribuindo-se em prioritárias e de médio ou longo prazos. Outro ponto importante foi a definição do caráter das intervenções, divididas em manutenção ordinária, manutenção extraordinária e restauro e ampliação. Tal definição segue princípios da teoria do restauro constantes da *Carta de Veneza* e dos documentos do Icomos⁹.

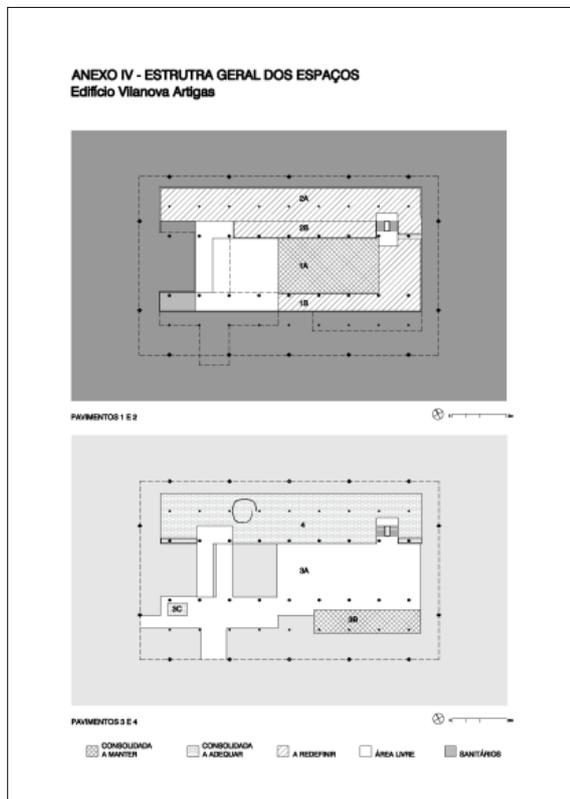
Uma marca do texto do Plano Diretor aprovado é sua natureza: não foram propostas ações concretas para os edifícios, mas sim procedimentos e necessidades para as intervenções futuras que devem ser acompanhadas de forma permanente pela implementação de um escritório-oficina acadêmico. Esse órgão terá o caráter do atual Grupo Gestor dos Espaços Físicos (GEEF), mas ampliando sua participação na vida acadêmica da Faculdade por meio da proposição de seminários, oficinas e até, eventualmente, de disciplinas optativas para aprofundar as análises que levarão às intervenções mais expressivas nos prédios da FAU. Uma das primeiras ações que já está prevista no plano diretor aprovado pelo Fórum é a elaboração de um Plano de Massas para a Faculdade, espacializando, de maneira também participativa em sua aprovação, as propostas do PDP.

Esse, no entanto, deverá amparar-se na proposta aprovada no Plano que mais se aproximou no sentido de estabelecer diretrizes espaciais para as futuras

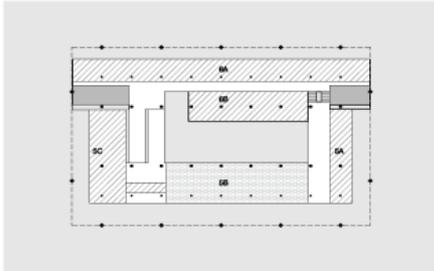
intervenções no conjunto dos edifícios; a estrutura geral dos espaços, presente no anexo 04 do Plano, classificou cada área definida como uma unidade íntegra espacialmente, ou seja, cuja configuração e limites são fixos para efeito de ocupação, de acordo com os critérios estabelecidos, conforme segue:

- Áreas para atividades programáticas: compreende a totalidade das áreas disponíveis atualmente para alocação de atividades funcionais do programa;
- Áreas consolidadas a manter: são as áreas ocupadas com funções compatíveis com a natureza do local em que se situam e de modo coerente com as disposições do projeto original e que estão relativamente adequadas, não exigindo intervenções imediatas, além de uma adequada manutenção;
- Áreas a redefinir: são as áreas não-consolidadas, que não necessariamente apresentam problemas, cuja ocupação deverá ser redefinida no desenvolvimento posterior do Plano Diretor considerando os princípios, as diretrizes e os requisitos programáticos estabelecidos por este;
- Áreas livres: são as áreas livres e abertas as quais com as circulações (rampas, escadas, saguões e corredores) compreendem as áreas de convívio e estar, bem como os espaços livres e sem nome (Flávio Mota – *Textos informes*, SP), destinados a exposições, encontros, reuniões e todas aquelas atividades temporárias e imprevisíveis, mas legítimas.

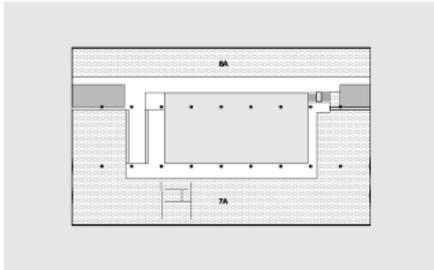
Figura 15: Estrutura geral dos espaços dos edifícios da FAUUSP
Fonte: Anexo 4 do Plano Diretor da FAUUSP 2011-18



ANEXO IV - ESTRUTURA GERAL DOS ESPAÇOS
Edifício Vilanova Artigas



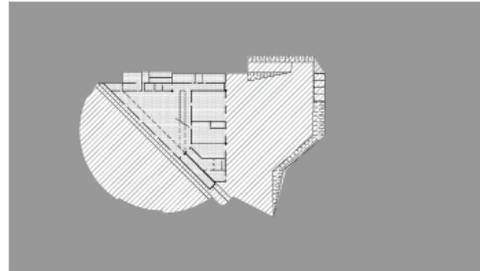
PAVIMENTOS 5 e 6



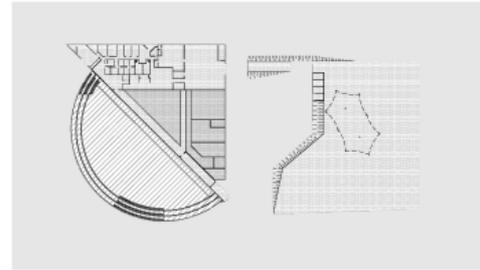
PAVIMENTOS 7 e 8

CONSOLIDADA A MANUTER
 CONSOLIDADA A ADEQUAR
 A REDEFINIR
 ÁREA LIVRE
 SANITÁRIOS

ANEXO IV - ESTRUTURA GERAL DOS ESPAÇOS
Edifício Anexo e Canteiro Experimental



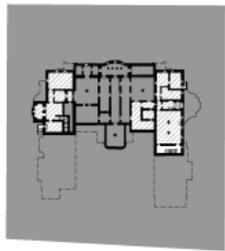
PAVIMENTO 1



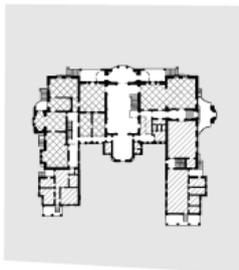
PAVIMENTO 2

CONSOLIDADA A MANUTER
 CONSOLIDADA A ADEQUAR
 A REDEFINIR
 ÁREA LIVRE
 SANITÁRIOS

ANEXO IV - ESTRUTURA GERAL DOS ESPAÇOS
Vila Penteados



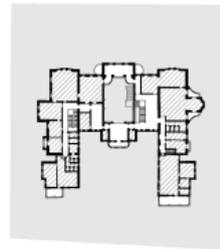
PAVIMENTO 1



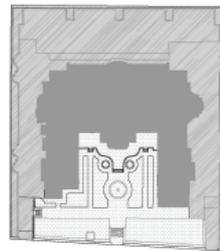
PAVIMENTO 2

CONSOLIDADA A MANUTER
 CONSOLIDADA A ADEQUAR
 A REDEFINIR
 ÁREA LIVRE
 SANITÁRIOS

ANEXO IV - ESTRUTURA GERAL DOS ESPAÇOS
Vila Penteados



PAVIMENTO 3



ÁREA EXTERNA

CONSOLIDADA A MANUTER
 CONSOLIDADA A ADEQUAR
 A REDEFINIR
 ÁREA LIVRE
 SANITÁRIOS

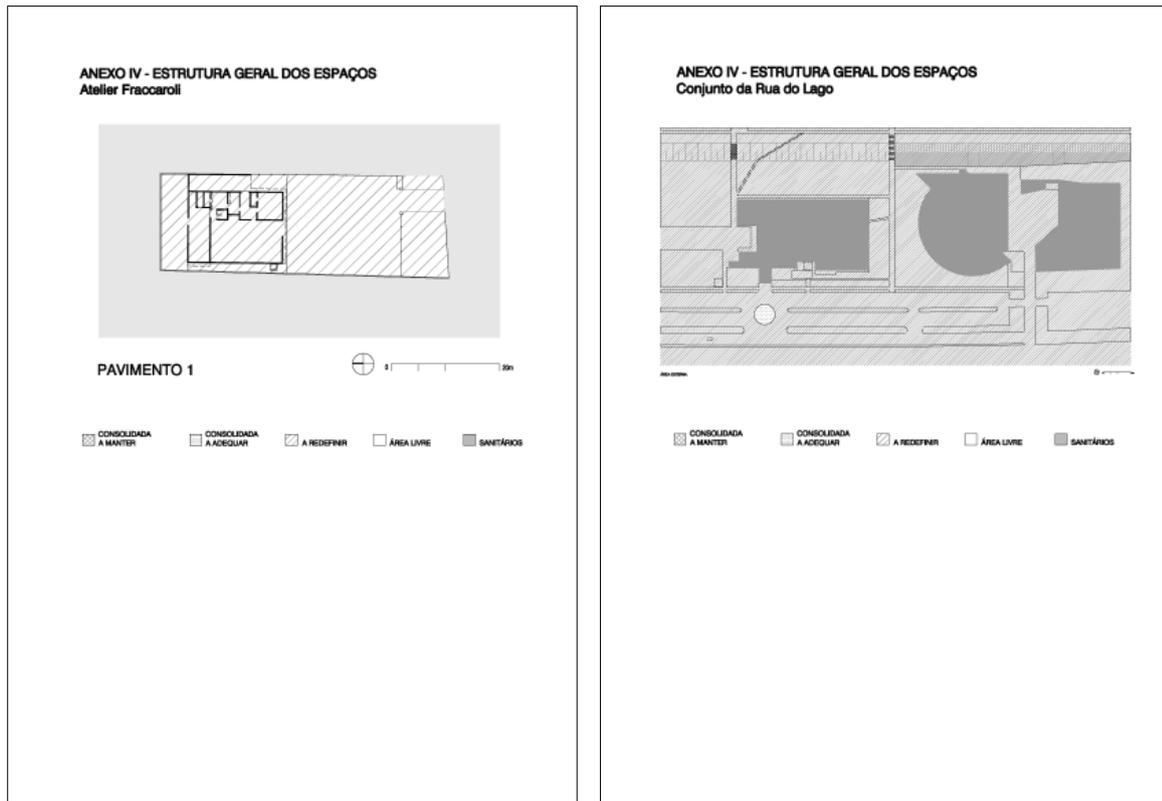


Figura 15: Estrutura geral dos espaços dos edifícios da FAUUSP
 Fonte: Anexo 4 do Plano Diretor da FAUUSP 2011-18

O Plano de Manutenção, também previsto no texto final do Plano Diretor, deverá também ser realizado pelo escritório-oficina, aprofundando os estudos realizados pela Equipe Técnica do Conselho Curador. Assim, o texto do PDP serve como base teórico-instrumental para as futuras intervenções nos prédios da FAU e não como projetos ou propostas acabadas. Os projetos e propostas, formulados a partir dele, deverão ser realizados seguindo-se os princípios estabelecidos no Plano Diretor por meio dos instrumentos nele definidos, principalmente o Escritório-Oficina Acadêmico.

Por isso, o PDP não se encerra no Fórum e ainda deve aprofundar suas propostas junto da Comunidade FAU, buscando reunir discussões dispersas como, por exemplo, a do Projeto Político Pedagógico (PPP) da Faculdade. Trabalho que, articulando as CoC's (Coordenação do Curso) da Arquitetura e Urbanismo e do Design e a Comissão de Graduação, com o Conselho Curador, pode levar à renovação do programa dos prédios.

O edifício projetado por Vilanova Artigas, prédio principal do campus Butantã, é fruto da proposta de ensino resultante do Fórum de 1962 e que pouco mudou, mesmo diante das profundas modificações da prática da arquitetura ao longo dos anos. Seria um momento, portanto, de retomar essa aliança indispensável entre prática e espaço que Artigas consolidou em seu projeto para a sede da FAU. A formulação do Plano é também uma forma de continuar as discussões sobre o

futuro da Faculdade com base em um diálogo mais aberto entre os membros da Comunidade FAU, refletindo seus anseios e desejos verdadeiros e consolidando os processos participativos que o Conselho Curador implementou na Faculdade.

A valorização dos dois principais prédios da FAU – o do campus Butantã e a Vila Penteadão –, protegidos pelo Compresp e pelo Condephaat, é outra característica do Plano Diretor. Daí a ênfase dada à Leitura Patrimonial e às cartas de restauro. A incompatibilidade das intervenções realizadas ao longo dos anos na Faculdade, com os princípios expostos nesses textos foi uma das razões que levaram à discussão acalorada sobre os prédios da FAU, que atingiram seu auge em 2009. Portanto, romper com uma cultura de projetos isolados que levam em conta apenas as necessidades práticas/imediatas colocadas pelo uso dos edifícios é uma das virtudes que o PDP pode trazer para a Faculdade.

A apropriação de espaços dos edifícios por grupos restritos também é algo que o Plano deverá modificar, caso sua implementação se efetive a contento. Da mesma maneira, quando o Escritório-Oficina estiver plenamente estabelecido, ele poderá servir como base para discussões concretas sobre os princípios da teoria do restauro e da proteção patrimonial perante os usos e necessidades colocados pelo cotidiano da Faculdade.

As atividades realizadas pelo Conselho Curador ao longo do último ano e meio, que levaram à elaboração do texto base do Plano Diretor e que culminaram no Fórum de 2011, poderiam também servir de modelo para o resto da USP, marcada, igualmente, por intervenções isoladas e muitas vezes arbitrárias. A discussão fundamentada e construída por meio da participação de todos os interessados, que aconteceu no Fórum do PDP, mostrou que o “participacionismo” tão assustador para alguns pode, sim, levar a debates ricos e não cair em discussões que bloqueiem qualquer avanço. O debate baseado em propostas mostrou a todos da Comunidade FAU que há espaço para um diálogo maduro. A valorização do saber acadêmico é um dos pilares de uma universidade pública responsável e por meio dele deve ser construído o espaço que lhe corresponde. O Salão Caramelo – que já foi a ágora da USP em momentos do passado – voltou a presenciar um evento no qual as discussões pontuais foram deixadas de lado em favor de um amplo reconhecimento do valor histórico que possui e das necessidades que seu uso demanda, reafirmando, uma vez mais, seu espaço de “templo da democracia” previsto por Artigas. Cabe, agora, manter essa discussão aberta, como esteve desde o começo do processo de elaboração do PDP, para aprofundar suas conquistas e consolidar seus ganhos – tanto em relação aos espaços da FAU quanto em relação à cultura democrática da qual o Fórum é um belo exemplo.

ccuradorfau@usp.br;
www.usp.br/fau/contatos